
Percepção sobre plágio: uma discussão com jovens pesquisadores participantes de projetos de pesquisa e bolsas de iniciação científica do IFMT campus São Vicente

Perception of plagiarism: a discussion with young researchers participating in research projects and scientific initiation scholarships at IFMT São Vicente campus

Gilson Soares de Araújo
Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)
Jaciara-MT-Brasil
Ed Wilson Tavares Ferreira
Mauro Sergio de França
Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)
Cuiabá-MT-Brasil

Resumo

O presente estudo investigou o uso do plágio acadêmico entre estudantes de Ensino Médio Integrado participantes de Projetos de Pesquisa e Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-EM), através de instrumentos informacionais utilizados por esse segmento. Como instrumento de coleta de dados aplicou-se questionário fechado composto de 11 perguntas a estudantes (bolsistas e voluntários) PIBIC-EM do IFMT campus São Vicente, resultando na amostra de 36 alunos, entre 2019 e 2021, assim, tal estudo apresenta-se como um estudo de caso, sendo seus procedimentos metodológicos caracterizados como pesquisa descritiva e aplicada de abordagem qualitativa. Os resultados revelaram conhecimento dos estudantes sobre a temática do plágio, bem como, demonstraram que a escola, a internet e o papel dos professores estão entre suas principais fontes informacionais sobre o assunto.

Palavras-chave: Ética; Contrafação; Integridade na Pesquisa.

Abstract

This study investigated the use of academic plagiarism among Integrated High School students participating in Research Projects and Scientific Initiation Scholarships (PIBIC-EM), through informational instruments used by this segment. A closed questionnaire composed of 11 questions was applied as a data collection instrument to PIBIC-EM students (scholars and volunteers) at IFMT São Vicente campus, resulting in a sample of 36 students, between 2019 and 2021. Thus, this study presents itself as a case study, with its methodological procedures characterized as descriptive and applied research with a qualitative approach. The results revealed students' knowledge about the theme of plagiarism, as well as demonstrated that school, the internet, and the role of teachers are among their main informational sources on the subject.

Keywords: Ethics; Plagiarism; Research Integrity.

1. Introdução

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMT) tem o compromisso de promover a pesquisa dentro de sua comunidade acadêmica, conforme estabelecido pela legislação que fundamenta sua criação (Brasil, 2008). Nesse contexto, o IFMT desenvolve projetos de pesquisa com o objetivo de envolver sua comunidade no universo da investigação científica. Um desses projetos é o Programa de Iniciação Científica para Estudantes do Ensino Médio (PIBIC-EM), que visa proporcionar oportunidades de pesquisa para estudantes do ensino médio.

No âmbito da pesquisa científica, é crucial estar atento às regras relativas ao uso de literatura e documentos de terceiros, a fim de evitar a evidência de más condutas científicas. No Brasil, a grande maioria das instituições que conduzem estudos científicos adota as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Assim, ao notar a ausência de uma disciplina específica sobre metodologia de pesquisa científica no curso investigado (Técnico em Agropecuária), conforme estabelecido em seu projeto pedagógico, e considerando a falta de documentos no âmbito do IFMT que orientem preventivamente esses estudantes sobre práticas éticas na condução científica, com foco especial no plágio acadêmico, surge a problemática central deste estudo: qual o conhecimento dos discentes do curso Técnico em Agropecuária envolvidos em projetos de Iniciação Científica (IC) em relação ao plágio acadêmico?

A necessidade deste estudo foi fundamentada no crescente emprego da internet no âmbito educacional e de pesquisa, particularmente no período abordado por essa investigação (2019 a 2021). Considerando o contexto da pandemia da Covid-19, presumiu-se que a utilização de recursos tecnológicos experimentou um aumento significativo, principalmente devido à transição de atividades antes presenciais para o formato remoto.

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar o uso do plágio acadêmico entre estudantes de Ensino Médio Integrado participantes de Projetos de Pesquisa e Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-EM), através de instrumentos informacionais utilizados por esse segmento. Os objetivos específicos delineados visaram investigar os instrumentos disponíveis para abordar essa temática pelos discentes, além de avaliar o conhecimento que possuem sobre o plágio.

2. Referencial teórico

A origem da palavra plágio é estabelecida na Antiguidade Romana, sendo associada ao furto de escravos ou à escravização de um cidadão livre. Conforme registro de Satur, Dias e Silva (2020), no século II a.C., a *Lex Fabia de Plagiariis* romana considerava ladrão de escravos aquele que cometesse tal crime, denominando *plagiarius*. O poeta Marcus Valerius Marcialis (40 d.C e 104 d.C) foi o primeiro a chamar de *plagiarius* aqueles que copiam obras de outrem como se fossem suas. Sua manifestação é dada ao código jurídico romano, que protege os direitos autorais (Krokoscz, 2012).

Os primeiros regulamentos sobre plágio no Brasil figuram-se no século XIX, em 1830, por meio do “Código Criminal do Império do Brasil”, segundo Cardoso Neto, Oliveira e Meneses (2019, p. 265).

O artigo 261, desse Código, positivava: imprimir, gravar, reproduzir ou introduzir quaisquer escritos, ou estampas, que tiverem sido feitos, compostos ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes viverem, ou dez anos depois da sua morte, se deixarem herdeiros.

Verifica-se que a legislação já determinava o tempo em que os autores mantinham seus direitos antes de os documentos caírem no domínio público. A Constituição Federativa do Brasil de 1988 assegura aos autores o direito de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, conforme relatado no artigo 5º, parágrafo XVII: “aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.” (Brasil, 1988, não paginado).

Assim o plágio é considerado um ato criminoso referenciado no Código Penal brasileiro, no Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, no Capítulo I “Dos Crimes Contra a Propriedade Intelectual”. No que diz respeito à violação do direito autoral, o artigo 184 prevê pena que pode variar entre 3 meses e 1 ano de detenção ou pagamento de multa. (Brasil, 1940).

No ordenamento jurídico brasileiro, a lei que regula esse tema é a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, chamada Lei de Direitos Autorais, cujo objetivo é regular e assegurar o direito dos autores em relação às suas obras. No que diz respeito ao plágio, tal termo não é mencionado na lei em questão. Para se referir ao plágio, usa-se a palavra contrafação, que, conforme a Lei nº 9.610/98, é caracterizada como a reprodução não autorizada da obra de outra pessoa. (Brasil, 1998).

Ainda em relação ao plágio, alguns autores apontam a sua caracterização em conjunto com a contrafação. Segundo Polo (2017), a contrafação está atrelada ao dano patrimonial do criador, enquanto o plágio ofende a moralidade e também pode machucar o seu patrimônio. O plágio é a cópia fiel, parcial ou conceitual de uma obra, sem citar o seu devido autor, tomando para si ideias de outra pessoa.

Como aponta Sousa-Silva (2020), fora da esfera acadêmica, o plágio é considerado violação dos direitos autorais, uso indevido de propriedade intelectual ou imitação, ao passo que, no âmbito acadêmico, é considerado uma infração ética, atacando a moral dos autores. Na grande maioria dos casos, é tratado pela academia onde ocorreu a má conduta.

Frente a esse tipo de situação, as instituições geralmente formam comissões para julgar e condenar casos de plágio acadêmico. Há também aqueles que são percebidos e avaliados pelos educadores, resultando em consequências menos graves, sem a necessidade de envolver a justiça legal. No entanto, Krokosz (2012) descreve em sua pesquisa que, apesar de o plágio ser considerado uma violação do direito autoral, o mesmo só pode ser enquadrado como crime com uma ação penal quando caracterizado como contrafação, não o isentando de uma possível ação civil.

A diferença entre as duas ideias descritas reforça a necessidade de criar políticas de enfrentamento e combate ao plágio, com devida responsabilização para cada situação, objetivando informar e orientar, mas também estabelecendo regras claras sobre punições e outros procedimentos nas instituições de ensino. Krokosz (2012) salienta que, quando detectado em ambiente acadêmico, o autor cuja obra foi plagiada raramente tem ciência da situação, uma vez que somente ele pode entrar com uma ação judicial contra o plagiador. Assim, muitos casos são resolvidos pelas próprias instituições.

2.1 Tipos de plágio

Ao investigar o plágio acadêmico, é possível notar algumas diferenças quanto à definição de sua tipologia, o que é crucial para compreender como ele aparece nos textos. Consoante as fontes que abordam o tema, existem três tipos principais de plágio: plágio integral ou direto, plágio parcial ou indireto (também conhecido como mosaico ou “colcha de retalhos”) e o plágio conceitual. Também há variações, como o plágio de fontes, o plágio consentido e o autoplágio, este último, defendido por muitos como não sendo uma atividade criminosa. Demais características são apresentadas no quadro 1.

Quadro 1 – Características das tipologias de plágio.

Tipologias	Características
Plágio integral ou direto	O plágio integral ou direto é a cópia exata do texto de outrem, sem citar a fonte, fazendo parecer que o texto foi escrito pelo plagiador.
Plágio parcial ou indireto	Modalidade contrária ao plágio direto, usa diversos pedaços de textos de outros autores, sem citar as fontes, criando um documento que parece original, mas é uma cópia. Outro termo para isso é mosaico ou colcha de retalhos.
Plágio conceitual	Constitui-se da apropriação da ideia do texto original, geralmente com uso de paráfrases, sem citação do autor.
Plágio de fontes	Apropriação de citações de outros autores. Aqui, o ladrão de ideias usa citação de outra pessoa para fundamentar o seu trabalho, fazendo parecer que leu a obra original citada.
Plágio consentido	Modalidade que requer uma análise muito detalhada para ser diagnosticada e, mesmo assim, essa análise pode não ter sucesso, pois, nesse caso, o autor age em conluio com o plagiador. Duas situações são apontadas nesse caso: uma resultante da amizade entre os autores e outra que tem fins comerciais, com a venda de trabalhos prontos.
Plágio acidental	A situação em questão ocorre quando se utiliza informações de outro autor no texto sem a devida atribuição de crédito, resultando, por descuido ou desconhecimento das normas de citação, na prática de plágio.
Autoplágio	O autoplágio ocorre quando um autor apresenta a mesma obra em mais de um evento, seja na íntegra ou em parte, sem os devidos créditos (autocitação) e, em alguns casos, sem a autorização do editor que detém os direitos comerciais do autor, apresentando o trabalho como material inédito.

FONTE: adaptado de Araújo (2023).

Em 2011, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob orientação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), recomendou que as instituições de ensino públicas e privadas implementassem políticas que enfatizassem o conhecimento sobre propriedade intelectual, para coibir o plágio entre a comunidade acadêmica. (UFBA, 2011).

Dessa forma, com o objetivo de regular ações que visem guiar, reprimir e conscientizar todos os membros da comunidade acadêmica, as instituições de ensino criam resoluções internas de proteção dos Direitos Autorais, bem como de enfrentamento à prática e cultura do plágio. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte é um exemplo, por meio de Resolução interna do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe nº 157/2013, estabelece políticas normativas sobre direitos autorais, ao qual preveem desde advertência a suspensão e/ou exclusão àqueles que cometerem más condutas científicas (UFRN, 2013).

Nessa seara, o Colegiado do Curso de Bacharelado em Administração do Centro Federal de Educação de Minas Gerais (CEFET-MG) apresenta a Resolução nº 07/2011, com diretrizes pré estabelecidas sobre o plágio aos discentes do curso como forma de coibir

más condutas científicas, sendo atribuído nota zero em trabalhos que apresentarem plágio, podendo evoluir para suspensão do aluno (CEFET-MG, 2011).

Diante da relevância de tais decisões de criar formas que fortaleçam a qualidade da produção acadêmica nas instituições de ensino, o IFMT, embora não tenha resolução específica sobre plágio, mantém atenção sobre tal temática, como pode-se notar na Resolução nº 14/2019, que regulamenta o Programa de Valorização à Pesquisa, Ensino e Extensão (PVPE) a seguinte redação em seu artigo 40: “A constatação de plágio ou fraude nos projetos submetidos ou nos relatórios apresentados ensejará a devolução de recursos e a abertura de processo administrativo, com perspectiva à aplicação das penalidades previstas em Lei” (IFMT, 2019, p. 11).

É importante frisar a relevância de normas que regulamentem a conduta inadequada na academia no que diz respeito à cópia de textos, que podem ir desde o plágio acidental, causado por erro técnico, até a contrafação intencional, com clareza quanto às consequências e à análise individual de cada situação com imparcialidade, assegurando o direito à ampla defesa. Contudo, como aponta Krokosz (2012), mais relevante é realização de campanhas de conscientização sobre os males causados pelo hábito de “copiar e colar”, a fim de manter o progresso e a integridade acadêmica, do que apenas aplicar sanções e punições (embora sejam necessárias para evitar que tais situações se tornem banais nas instituições). Assim, é preciso foco especial em projetos de pesquisa aplicada que engajem estudantes do ensino médio em seus primeiros passos na jornada científica.

Neste contexto, o IFMT oferece o Projeto de Pesquisa Aplicada e de Bolsas de Iniciação Científica, direcionadas a esse público, o qual tem como objetivos “[...] a familiarização com a metodologia científica, com as técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o pensamento crítico e a curiosidade científica” (IFMT, 2010, p. 4). Dessa forma, este projeto torna-se conhecido pela inserção de jovens na pesquisa, conseqüentemente no pensar científico, o que requer, no mínimo, um conhecimento sobre redação científica, integridade e ética na pesquisa.

Quando se trata da ética em pesquisas científicas, especialmente no que concerne à participação de seres humanos, esta se torna uma questão crucial. Instituições de ensino responsáveis por esse tipo de pesquisa têm o dever de estabelecer um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), cujo principal objetivo é garantir a integridade e dignidade dos participantes, além de assegurar o progresso adequado da pesquisa. O IFMT possui tal

entidade, a qual tem a função de analisar a ética e integridade nas pesquisas que envolvem seres humanos, com o propósito de “proteger os direitos e a dignidade dos sujeitos da pesquisa” (Brasil, 2002, p.11).

Ainda na seara da pesquisa, no que tange à integridade, é importante manter os princípios e as regras da escrita científica, uma vez que, ao conduzir uma pesquisa, novos conhecimentos são gerados e compreende-se que tais conhecimentos devem ser creditados aos autores consultados no estudo. Quando os princípios éticos da ciência não são respeitados, seja de forma acidental ou intencional, configura-se uma má conduta científica e, de acordo com Santos (2011), o plágio de textos ou ideias é a forma mais grave desta má conduta, incluindo-se também autoria indevida, falsificação e a fabricação de dados falsos.

É importante salientar que as más condutas listadas acima são situações descritas por instituições de ensino que promovem pesquisas. Desse modo, essas instituições possuem total responsabilidade sobre seus pesquisadores, cabendo a elas orientar sobre ética em pesquisa científica, bem como denunciar e punir irregularidades que estejam em desacordo com as normas que regem a redação científica.

3. Metodologia

O local da pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, campus São Vicente, situado às margens da BR 364, KM 329, Vila de São Vicente, Cuiabá/MT (figura 1). Este cenário foi escolhido por sua relevância para o escopo da investigação.

FIGURA 1 – Imagem aérea IFMT/ campus São Vicente



FONTE: IFMT (2020).

A pesquisa adotou uma abordagem aplicada e descritiva, alinhando-se ao objetivo de classificar, explicar e interpretar acontecimentos, conforme destacado por Prodanov e Freitas (2013).

Em relação à metodologia adotada, optou-se por empregar uma abordagem quantitativa, utilizando questionário eletrônico fechado composto por 11 perguntas de múltipla escolha. Este questionário foi distribuído entre os estudantes bolsistas e voluntários do PIBIC-EM, com ênfase nos participantes do curso Técnico em Agropecuária no campus São Vicente. A coleta de dados ocorreu entre os dias 29 de julho e 05 de setembro de 2022, após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFMT, conforme evidenciado no Parecer nº 5.516.067.

O foco da pesquisa concentrou-se nas três últimas edições dos editais (2019 a 2021), especificamente nos editais nº 50/2019, 53/2020 e 48/2021, disponíveis no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), plataforma que gerencia diversos processos administrativos e acadêmicos no IFMT. Este recorte resultou na participação de 36 estudantes.

Para análise, apresentação, tabulação dos dados e elaboração dos gráficos, utilizou-se o software de planilhas eletrônicas da Microsoft (Excel), proporcionando uma abordagem eficiente e sistemática.

Por fim, a pesquisa foi delineada como um estudo de caso, concentrando-se em um objeto específico: o plágio.

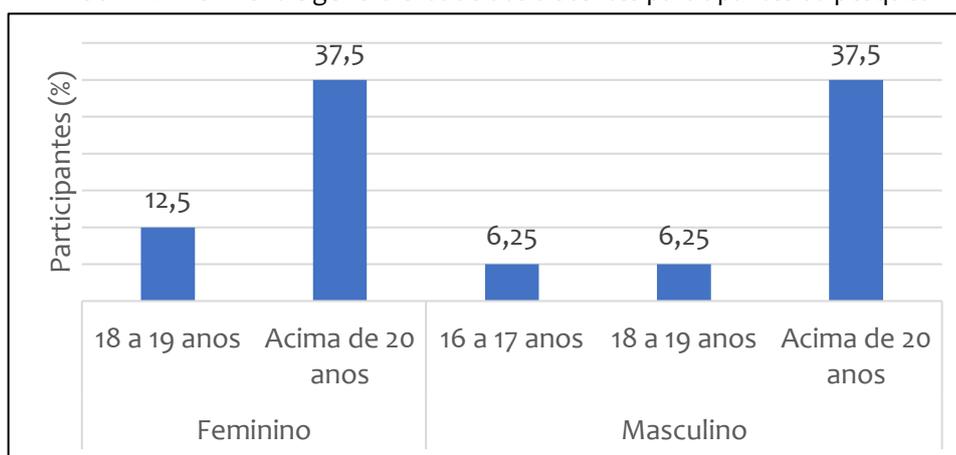
4. Resultados e discussões

A taxa de resposta foi de 44%, mesmo diante de diversas tentativas de comunicação, incluindo notificações por e-mail, mensagens via aplicativo WhatsApp e visitas presenciais. Os resultados foram subdivididos em duas seções distintas: a primeira foi abordando o perfil dos estudantes e a segunda enfocando a percepção em relação ao plágio. Essa segmentação proporcionou uma análise mais estruturada e compreensiva das informações obtidas.

4.1 Perfil dos estudantes PIBIC-EM

Como é demonstrado na figura 2, ao se considerar as questões 1 e 2 do questionário sobre gênero e faixa etária, pode-se perceber que parte significativa dos discentes participantes da pesquisa possuem idade superior a 20 anos, distribuído de maneira equitativa entre os gêneros masculino e feminino. O estudo obteve 50% de respondentes homens e 50% mulheres, sem intervenção do pesquisador sobre o resultado. Ademais, na figura 2, apresenta-se todos os resultados deste questionamento.

FIGURA 2 - Perfil entre gênero e idade dos discentes participantes da pesquisa

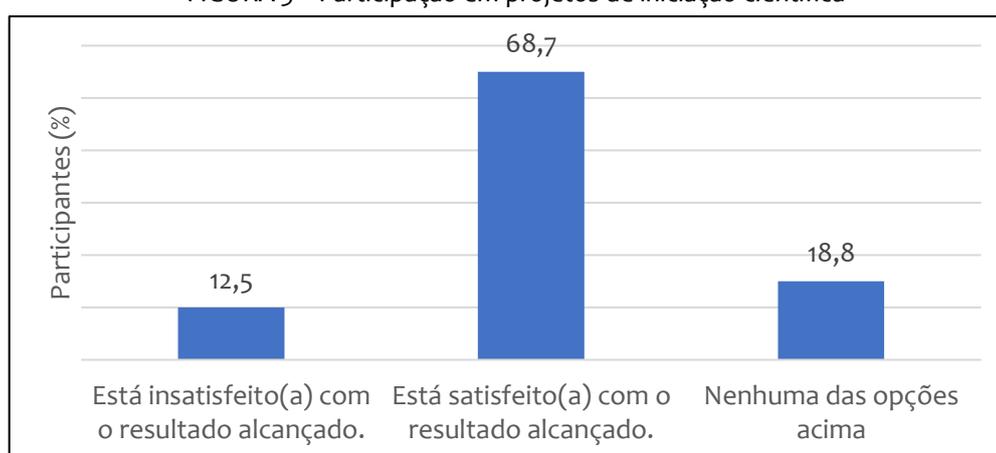


FONTE: os autores (2022).

Quanto ao período de curso do ensino médio, notou-se que 75% dos estudantes já haviam concluído o ensino médio, 19% estavam no último ano e 6% optaram em não responder ao questionamento.

Em relação à participação do acadêmico em projetos de pesquisa, apresentado na figura 3, questionou-se sobre a satisfação com os resultados alcançados na pesquisa desenvolvida. Foi possível diagnosticar que grande maioria dos respondentes estava satisfeita com os resultados alcançados ao final de sua pesquisa, enquanto uma menor parte demonstrou insatisfação com os resultados ao final de sua participação no projeto.

FIGURA 3 – Participação em projetos de iniciação científica

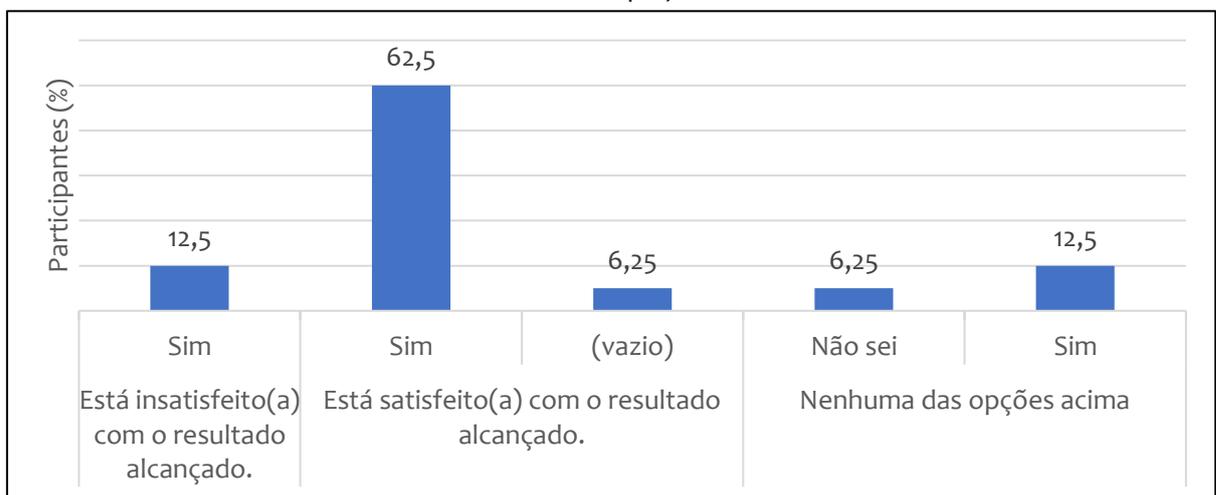


FONTE: os autores (2022).

A figura 4 apresenta um panorama entre as questões 4 e 5, onde foram discutidos os resultados alcançados na satisfação dos participantes em um projeto de IC e, se possível, se continuariam envolvidos na pesquisa após o término do projeto. Dessa forma, é notório

que a maioria dos estudantes que responderam estar satisfeitos com os progressos conquistados na pesquisa, se pudessem, permaneceriam nela após o término do período de bolsistas ou voluntários. Vale salientar que mesmo os entrevistados se dizendo insatisfeitos com o resultado da pesquisa (12,5%), eles responderam também positivamente quanto à possibilidade de continuidade do estudo. Os dados revelaram, ainda, ao considerar somente respostas sobre a continuidade na pesquisa desenvolvida no PIBIC-EM, o interesse da maioria absoluta (87,5%) em continuar desenvolvendo pesquisas. Demais detalhes dessas indagações são apresentadas a seguir na figura 4.

FIGURA 4 - Relação entre a satisfação com o resultado na IC e a possível continuação da pesquisa após o término do projeto.



FONTE: os autores (2022).

4.2 Percepção sobre o plágio

Nas perguntas relativas à segunda parte do questionário da pesquisa, buscou-se investigar a percepção dos alunos participantes sobre o plágio. Ao indagar os respondentes se já estavam familiarizados com o conceito de plágio, todos afirmaram positivamente.

Na sequência, o questionário aprofundou-se na investigação sobre o plágio. Para isso, foram apresentadas oito opções de resposta de múltipla escolha, das quais os participantes selecionaram quatro. A pesquisa revelou que uma parcela significativa dos entrevistados afirmou ter adquirido conhecimento sobre plágio na escola, por meio de cursos e/ou palestras. Essa constatação corrobora a argumentação de Krokosczyk (2012), que

defende o papel das instituições de ensino na implementação de iniciativas destinadas a promover o desenvolvimento e a preservação da integridade acadêmica.

Outro aspecto relevante que emerge como uma das principais fontes de informação para os alunos adquirirem conhecimento sobre o plágio é a internet. Curiosamente, essa fonte tem sido apontada por diversas literaturas como uma possível causa do aumento da ocorrência de plágio nas instituições, devido à facilidade de acesso e manipulação de dados online (Krokosczyk, 2011). Em contraposição a essa visão, Farina (2020) sugere que a internet está intrinsecamente ligada aos processos educacionais e que essa interação provavelmente não apenas continuará, mas se intensificará, sendo impossível separá-las. Assim, a internet também se torna um recurso importante no que diz respeito aos cuidados com a integridade acadêmica, conforme evidenciado nesta pesquisa por um quarto dos estudantes entrevistados, que a utilizam como fonte de informação sobre o plágio.

Ao prosseguir com a análise, é possível identificar outras duas fontes de informação apontadas pelos alunos como recursos para adquirir conhecimento sobre o plágio: o professor coordenador do projeto de pesquisa e informações obtidas por outros professores. Ambas as fontes possuem o mesmo índice de registro, conforme demonstrado na tabela 1.

TABELA 1 – De onde veio a informação sobre o plágio?

Respostas	(%)
Com o professor coordenador do projeto de pesquisa	18,75
Com outro Professor	18,75
Na escola (por meio de curso e/ou palestra)	37,50
Na internet	25,00
Total Geral	100,00

FONTE: os autores (2022).

Para compreender a percepção dos estudantes sobre as consequências do plágio, indagou-se quanto à sua caracterização como ato criminoso. A pesquisa revelou que grande maioria (75%) considera o plágio como prática criminosa, enquanto outros 25% responderam "talvez".

Como aspecto positivo, nenhum aluno optou pela resposta "Não" o que sugere um certo nível de conhecimento sobre o tema em questão. No entanto, como relatado, parte dos alunos (25%) mostraram-se indecisos ao escolherem a opção "talvez".

Krokosczy (2012) observa que poucos casos de plágio acadêmico são levados à justiça e, quando descobertos, geralmente são tratados apenas pela instituição. Este dado pode estar relacionado com a parcela de estudantes que demonstrou insegurança quanto à classificação do plágio como crime, visto que poucos casos de plágio acadêmico são levados à justiça. É importante ressaltar que, de acordo com Polo (2017), o plágio é considerado um ato criminoso, sujeito a processos na esfera civil e penal, mesmo que o responsável alegue desconhecimento sobre o delito.

Na sequência, questionou-se sobre em que situação o plágio acadêmico poderia ser notado. Foram apresentadas cinco opções de respostas para este questionamento, com a maioria dos entrevistados (93,75%) selecionando a opção correta. Esse é um indicativo bastante relevante no que diz respeito ao conhecimento sobre a prática de plágio acadêmico. No entanto, ainda que com percentual baixo, houve alunos que não souberam responder o questionamento (6,25%).

Bassette (2018), em uma reportagem publicada pela revista *Veja*, revelou que 87% dos alunos chegavam à universidade sem saber o que é plágio, e que, no Brasil, discussões e políticas sobre a temática ainda são muito recentes. A reportagem apresentou ainda um comparativo entre Brasil, Inglaterra e Estados Unidos no que diz respeito ao uso de softwares de detecção de plágios, diagnosticando a necessidade de o Brasil se aperfeiçoar nessa área.

Embora os dados apresentados nesta reportagem não representem os resultados completos desta pesquisa, é fundamental que as instituições de ensino desenvolvam políticas institucionais que promovam, principalmente, debates sobre integridade acadêmica e propriedade intelectual. Krokosczy (2014) lembra que essa recomendação remonta a 2011, de acordo com um documento da CAPES, que orienta as instituições brasileiras de ensino e pesquisa a elaborarem políticas de conscientização voltadas para a prevenção de más condutas científicas.

Como análise dos resultados extraídos do questionário, na proposta da questão seguinte, foram simuladas situações em que a má conduta científica poderia ser aparente. A proposta dessa questão consistiu em verificar se, em uma experiência acadêmica, o jovem pesquisador saberia qual ação correta deveria ser tomada para assegurar a integridade científica e acadêmica. Dessa forma, foi apresentada uma situação hipotética na qual o pesquisador elabora um texto com base em outro documento que ele mesmo

escreveu. Assim, questionou-se a necessidade de citação do texto original, considerando que autor e pesquisador são a mesma pessoa.

Os resultados obtidos mostraram que todos os estudantes concordaram que “todo trabalho que usa como base ideias de outras fontes, deve citar e referenciar a fonte, mesmo que autor e pesquisador sejam a mesma pessoa”. A situação mostrada acima comprova que os alunos pesquisados sabem da importância em atribuir créditos na pesquisa, inclusive para si mesmos.

Por fim, questionou-se aos estudantes, qual o motivo em sua concepção as pessoas cometem o plágio acadêmico?

É importante enfatizar que, das oito opções apresentadas aos alunos neste questionamento como potencial motivo pelo qual as pessoas cometem plágio, três não foram selecionadas: “Não sei”, “Não quero responder” e “Excesso de trabalho escolar”, sendo essa última pontuada na opção “Outros” conforme descrito na sequência deste estudo.

As duas principais justificativas apresentadas pelos alunos para explicar o plágio foram “dificuldade para elaborar textos” e “desconhecimento das regras para atribuir crédito aos autores”, ambas com 31% das respostas (figura 5). Silva *et al.* (2020) sugerem que a dificuldade em elaborar textos, mencionada pelos estudantes como uma das principais razões para a prática de plágio, está associada à sua formação anterior. Da mesma forma, os autores não descartam a facilidade no uso indiscriminado de informações disponíveis na internet como uma potencial causa de plágio, o que também é corroborado por parte das respostas dos estudantes (19%) que indicaram o acesso a obras pela rede mundial de computadores como um facilitador da prática ilícita.

A pesquisa conduzida por Oliveira (2016) também identificou que a falta de leitura e de escrita leva as pessoas ao “conforto intelectual”, o que as fazem buscar meios ilícitos para elaborar trabalhos acadêmicos. Gonçalves (2017) descreve que as razões para o plágio são variadas, indo desde a dificuldade com a escrita até a pressão das instituições para que haja um aumento de publicações.

Outro dado observado na análise diagnosticou que parte dos alunos (13%) selecionou a opção "outros". Ao assinalar esta escolha, o participante, necessariamente, deveria explicar quais, na sua opinião, são os motivos que levam as pessoas a cometerem

Percepção sobre plágio: uma discussão com jovens pesquisadores participantes de projetos de pesquisa e bolsas de iniciação científica do IFMT campus São Vicente.

plágio, de preferência com exemplos que não estavam listados como possíveis respostas no questionário.

Foram obtidas duas respostas para esta pergunta. Para melhor apresentá-las e manter o sigilo dos participantes, atribuíram-se os nomes “discente 1” e “discente 2”, na ordem do recebimento das respostas conforme demonstrativo do quadro 2.

QUADRO 2 - Motivo, na concepção dos discentes, que mais contribui para indivíduos cometerem o plágio acadêmico.

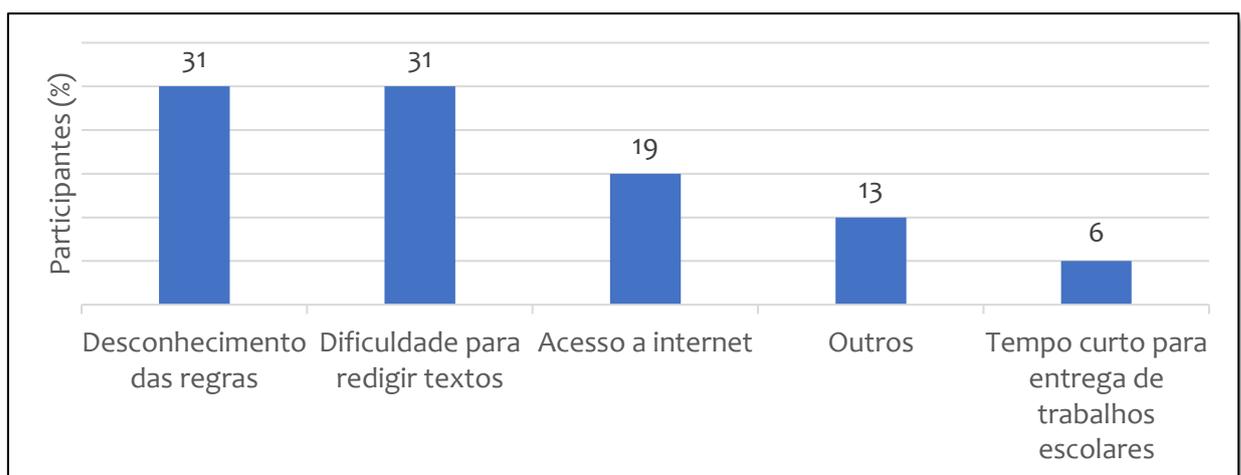
Discente	Respostas
1	“Além do que as pessoas querem tudo mastigado, e por isso preferem tudo pronto, ao invés de lerem, estudar e obter seus próprios resultados. Infelizmente hoje está sendo assim, as pessoas (não todas) não querem se dobrar e redobrar, e por isso optam pelo caminho mais fácil.”
2	“Excesso de trabalho escolar e tempo curto para a entrega.”

FONTE: os autores (2022).

O comentário do discente 1 corrobora o que foi debatido por Oliveira (2016) e Silva *et al.* (2020) ao atribuir a conseqüente causa do plágio à falta de leitura ou ao desinteresse em estudar.

Em relação à resposta do discente 2, o mesmo mostrou que, na sua opinião, dois dos motivos listados no enunciado da questão, são importantes para que uma pessoa cometa plágio. Demais resultados são evidenciados na figura 5.

FIGURA 5 - Motivo, na concepção dos discentes, que mais contribui para indivíduos cometerem o plágio acadêmico.



FONTE: os autores (2022).

Conforme Diniz e Terra (2014), não é necessário dizer que a causa do plágio esteja apenas ligada à falta de atenção das universidades no momento da pesquisa. De acordo com as autoras, as origens do plágio são “dispersas e silenciosas” (Diniz; Terra, 2014, p.

141).” No entanto, Barros (2022) sustenta que é função da escola ensinar os alunos sobre os danos do plágio e que os professores devem usar a mesma tecnologia – citada por vários autores como um fator que pode aumentar a prática de “copiar e colar” para garantir a integridade acadêmica. Murano (2013) também faz essa consideração, ressaltando que professores e educadores devem estar atentos ao uso de novas tecnologias para lidar com o problema do plágio. Por sua vez, Krokoscz (2011) sustenta o uso de ferramentas digitais para inibir o plágio, mas faz um alerta a esse processo, lembrando que é mais crucial prevenir essas ações maliciosas do que punir, apesar de não descartar essa ideia, para que não se torne rotineiro.

Por fim, Diniz e Terra (2014) recomendam a necessidade de se intensificarem as discussões a respeito do plágio, desde o ensino médio à universidade. Assim, este estudo se candidata a incentivar políticas e campanhas que visem a esclarecer, conscientizar e impedir ações que não respeitem a integridade científica.

5. Considerações finais

A título de registro, salienta-se que essa pesquisa possui uma amostra pequena e que a mesma foi desenvolvida em uma única instituição.

Dessa maneira, observou-se que todos os participantes da pesquisa tinham conhecimento sobre o plágio e sabiam como agir para manter a ética na produção de textos científicos, o que aborda a problemática do estudo. Os objetivos da pesquisa foram alcançados, uma vez que, ao longo deste estudo, foram evidenciadas as principais referências dos discentes para o entendimento sobre o plágio.

Cabe ressaltar que não foram encontrados documentos institucionais no IFMT (manuais, guias) que abordem o tema em discussão, principalmente voltado a estudantes em iniciação científica, dado que reforça o papel do professor/orientador no processo de formação do pesquisador.

Desse modo, a promoção de estudos que evidenciem má conduta científica e sua discussão na academia são medidas cruciais. Essa prática deve começar desde os estágios iniciais da educação, permeando desde o ensino básico até os níveis mais avançados. A importância desse enfoque reside em enriquecer os debates sobre ética e integridade acadêmica, além de subsidiar os iniciantes na pesquisa científica.

Ao introduzir tais temas desde cedo, os alunos desenvolvem uma compreensão precoce do que é certo e errado no contexto da pesquisa. Isso os capacita a reconhecer e

evitar más práticas em suas próprias carreiras futuras. Além disso, ao fomentar uma cultura de integridade desde os estágios iniciais da educação científica, cria-se um ambiente propício para a adoção de práticas éticas ao longo da vida acadêmica e profissional.

Ademais, ao enfrentar questões éticas desde cedo, os estudantes se preparam melhor para os desafios que podem surgir ao longo de suas carreiras científicas. Ao promover uma discussão franca sobre má conduta científica, fortalecemos a comunidade científica como um todo, aumentando a transparência, a responsabilidade e a confiança no processo de pesquisa.

Referências

BARROS, J. de. Plágios no âmbito escolar. **Canal do educador**, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/orientacoes/plagios-no-ambito-escolar.htm>. Acesso em: 1 fev. 2023.

BASSETTE, F. Pesquisa: 87% dos alunos chegam à universidade sem saber o que é plágio: Levantamento da Unicamp consultou 958 estudantes; com base nos dados, instituição vai estabelecer política contra má-conduta nos trabalhos acadêmicos. **Revista Veja**. [S. l.], v. 29, Out. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/pesquisa-87-dos-alunos-chegam-a-universidade-sem-saber-o-que-e-plagio/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos. **Constituição da República do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos. **Decreto-Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos. **Lei 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 14 fev. 2023.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos. **Lei 9.610** de 19 de fevereiro de 1998. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Manual operacional para comitês de ética em pesquisa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

CARDOSO NETO, V.; OLIVEIRA, S. R. M.; MENESES, G. G. S. Plágio, literatura e breves reflexões sobre o artigo 184 do código penal brasileiro. **Rev. Eletrônica Direito e Sociedade**, v. 7, p. 257, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.18316/REDES.v7i3.4982>

CEFET-MG. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. **Resolução CADM nº 07/11**. 2011. Disponível em: https://www.dcsa.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/35/2017/03/Resoluxo_007_11.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

DINIZ, D.; TERRA, A. **Plágio: palavras escondidas**. Brasília: Editora Letras Livre; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

FARINA, C. **A percepção docente sobre as consequências do plágio para os processos de ensino e aprendizagem na universidade**. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2020. Disponível em: <http://btdt.ufj.edu.br:8080/handle/tede/10876>. Acesso em: 27 dez. 2022.

GONÇALVES, F. R. Controvérsias sobre direitos autorais: considerações sobre plágio, falsificações e fabricação de dados acadêmicos. **Anais da ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**, v. 3, n. 3, 2017.

IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso. **Informações gerais sobre o IFMT – campus São Vicente**. 2020. Disponível em: <https://svc.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/historia-do-campus/>. Acesso em 29 jun. 2023.

IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso. **Legislação e Regulamentos da Pesquisa**. 2019. Disponível em: http://propes.ifmt.edu.br/media/filer_public/4c/69/4c69ce41-f9f4-415f-876d-fb463ad9374d/resolucao_14_de_28_de_marco_de_2019_-_pvpe.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso. **Programa Institucional de Iniciação Científica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso**. 2010. Disponível em: https://propes.ifmt.edu.br/media/filer_public/c2/6a/c26a5423-176e-40f1-9faf-3f9f5d74cf71/resolucao_consop_no_20-2010_-_proic_-_programa_institucional_de_iniciacao_cientifica_ifmt.pdf . Acesso em: 20 fev. 2023.

KROKOSZ, M. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, p. 745-768, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/tKsDQfr6xgRGbNTghvQRFnK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2023.

KROKOSZ, M. **Autoria e plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

KROKOSZ, M. **Outras palavras: análise dos conceitos de autoria e plágio na produção textual científica no contexto pós-moderno**. 2014. 161 f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade de São Paulo Faculdade de Educação, São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03102016-103125/publico/MARCELO_KROKOSZ.pdf. Acesso em: 30 jan. 2023.

MURANO, E. A síndrome do “copia e cola”: em tempos de Ctrl-c e Ctrl-v, o desafio de identificar a autoria de um texto. **Revista Língua Portuguesa**, São Paulo, a. 8, n. 93, p. 38-44, Jul. 2013.

OLIVEIRA, J. G. B. T. de. **Autoria e plágio em trabalhos acadêmicos: políticas e ações de combate a contrafação no contexto universitário.** 2016. 67 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

POLO, P. C. **Plágio e autoplágio: prerrogativas jurídicas e suas possíveis incidências na produção e comunicação do conhecimento científico.** 2017. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/22722>. Acesso em: 19 jan. 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho acadêmico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, L. H. L. dos. **Boas práticas científicas: sobre integridade e ética na pesquisa.** FAPESP, 2011. Disponível em: <https://fapesp.br/6566/sobre-a-integridade-etica-da-pesquisa>. Acesso em: 08 fev. 2023.

SATUR, R. V.; DIAS, G. A.; SILVA, A. M. da. Direito autoral, plágio e coautoria: questões acadêmicas e éticas. **Brazilian Journal of Information Science: Research trends.** v. 14 n. 1, p. 57-87, Jan./Mar. 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/8889/6283>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SILVA, L. H.; ANDRADE, E.L. de M.; SANTOS, L. R. dos; FERNANDES, J. C. da C.; LIMA, E. F de. Ética em pesquisa e combate ao plágio acadêmico: uma prática educativa a partir da sala de aula invertida. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 9, n. 11, p. 1-19, 2020. DOI: 10.33448 / rsd-v9i11.9990. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9990>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SOUSA-SILVA, R. Análise e detecção de plágio em contextos forenses. In: ALMEIDA, D. C. de.; COULTHARD, M.; SOUSA-SILVA, R. (org.). **Perspectivas em linguística forense.** Campinas-SP: UNICAMP, 2020.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Capas divulga orientações para combate ao plágio.** 2011. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/capas-divulga-orienta%C3%A7%C3%B5es-para-combate-ao-pl%C3%A1gio. Acesso em: 29 nov. 2022.

UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Resolução 157/2013 – CONSEPE.** 2013. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=pt_BR&id=412¬icia=105986912. Acesso em: 20 ago. 2022.

Artigo baseado nos resultados de pesquisa de mestrado.

Sobre os autores

Gilson Soares de Araújo

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT-IFMT campus Cuiabá. Especialista em Administração Pública pela Universidade Cândido Mendes, Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente é Bibliotecário-Documentalista no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus São Vicente, responsável pela Biblioteca do Centro de Referência de Jaciara. E-mail: gilson.araujo@ifmt.edu.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6347-4535>.

Ed Wilson Tavares Ferreira

Pós-doutor pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutor em Ciências e Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Uberlândia. Cientista da Computação pela UFMT. Líder do Grupo de Pesquisa em Ensino Profissional (GPEP). Professor no Instituto Federal de Mato Grosso. Promove pesquisas nas áreas de educação profissional e tecnológica, inteligência artificial, computação aplicada, redes de computadores e segurança da informação. E-mail: edwilson.ferreira@ifmt.edu.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9993-7113>

Mauro Sergio de França

Doutor em Física Ambiental, Mestre em Geografia, Bacharel em Economia e Licenciado em Geografia, todos pela UFMT. Atua em pesquisas com Conforto Térmico em Sistemas Urbanos. Atua como professor mediador tutor no curso subsequente de Secretaria Escolar do Programa Profucionário, todos pelo IFMT/Campus Cuiabá. Além disso, leciona no curso EAD da UNEMAT como professor bolsista Capes no 6º semestre do curso de Licenciatura em Geografia E-mail: mauro.franca@ifmt.edu.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9500-3137>.

Recebido em: 31/05/2024

Aceito para publicação em: 24/06/2024